

ATO PELA PAZ

*Eros Roberto Grau**

Senhoras, senhores:

É curioso, extremamente curioso o comportamento do ser humano sadio, do ser humano dotado do instinto de auto-preservação.

Quando Marcello me convocou, no dia 23 de setembro, por mensagem eletrônica, a dizer algumas palavras no ato pela paz que ora celebramos, respondi apontando minha imensa perplexidade diante de tudo que se passara e com uma série de indagações.

Recorto alguns trechos dessa minha resposta ao nosso Presidente:

“O que e quando Você pretende em relação ao ato pela paz?

É um assunto extremamente delicado. O que pode/deve ser dito?

Que guerra é esta? Um discurso sobre a guerra, já que a paz cumpre vir após a guerra?

O que me parece...”

– continuo a reproduzir minha mensagem de 23 de setembro a Marcello –

“O que me parece é estarmos diante de um caso de Direito Penal, não de Direito Internacional. Isso poderia/deveria ser dito, já que o nosso ofício é jurídico. Mas o que vem [isto é, o que deve ser dito] depois disso?

As nações haveriam de estar sendo convocadas não para uma guerra, no sentido atribuído ao termo no plano do Direito Internacional, mas para o combate a um tipo de crime. Qual será a próxima? Será declarada guerra à Colômbia, por conta do narcotráfico?

O que caberia às ONUs da vida”

* Professor Titular da Faculdade de Direito da USP

– assim o disse, procurando, descontraidamente, enfatizar o que me parecia, e me parece, correto –

“O que caberia às ONUs da vida seria uma firme e incisiva decisão de integração ao combate ao crime de terrorismo internacional”.

E terminei minha mensagem pedindo ao Marcello, que conhece muito bem o Direito Penal, que me desse luzes sobre a distinção entre a legítima defesa, o excesso dela e a vindita.

É curioso, senhores, extremamente curioso o comportamento do ser humano sadio.

Pois alguns dias após, lendo o artigo do Ministro EVANDRO LINS E SILVA, Procuram-se estadistas, publicado no Jornal do Brasil, veio-me aquela sensação de alegria mesclada com um tantozinho de auto-estima, profundamente humana, auto-satisfação que chega quando – em especial em momentos de insanidade globalizada, como este que vivemos – quando uma voz mais elevada confirma a correção de nossa compreensão dos fatos.

Li no texto do mestre EVANDRO:

“A motivação da guerra não está no Direito Internacional, mas no campo do Direito Penal (...) Guerra contra um bandido ou um grupo de delinqüentes há de ser feita como o combate a um crime hediondo, como definem a nossa Constituição e as lei penais de punição ao terror”.

Deixemos no entanto de lado essa minha única alegria provocada pela tragédia da qual participamos. Proponho raciocinarmos como operadores do direito, lembrando experiências anteriores: a aplicação da jurisdição universal a crimes contra a humanidade, qual os de Pinochet e de Milosevic; os tribunais para Ruanda e para a Bósnia; a Corte Internacional para o Camboja; a instituição do Tribunal Penal Internacional.

À propósito, a “nota do IAB sobre as ações terroristas” dizia já no dia 12 de setembro – mas sei que o nosso Presidente a escreveu no próprio dia 11 – que “os criminosos devem ser denunciados perante a Corte Internacional própria e

exemplarmente castigados segundo as normas do direito penal internacional”.

Posteriormente Marcello reavivou em minha memória uma lição de Direito Penal, aquela relativa à extensão das penas, que não devem ultrapassar a pessoa do autor material ou intelectual do crime. Quanto aos autores materiais dos crimes do dia 11 de setembro, auto-imolaram-se. A pena aplicada ao seu autor ou autores intelectuais – e não desejo neste momento aludir ao devido processo legal – desacata incomensuravelmente aquele limite.

A guerra, senhores, na sempre mencionada frase de VON CLAUSEWITZ, é a continuação da política por outros meios.

Relembro, porém, que a doutrina do *bellum justum*, da guerra justa, com raízes fincadas nas exposições de Santo Agostinho e de São Tomás, define como características suas, do *bellum justum*, não apenas uma declaração formulada por uma autoridade legítima, uma “justa causa” e uma “justa intenção”, mas também, e muito especialmente, a impossibilidade de se fazer justiça com outros meios.

E que nenhuma guerra, ainda que “justa” – digo-o entre aspas – poderá ser admitida quando possa dar lugar a conseqüências reacionárias no plano mundial, o que, parece evidente, está ocorrer. Os fatos que nos atropelam armam como que uma cilada macabra contra os direitos e as garantias individuais. O Estado mínimo assume definidamente a sua verdadeira face, face de Estado-Javert.

Dizem que não estamos a experimentar uma forma convencional de guerra. Mas não é isso o que se dá, seguramente. A guerra, volto a dizer, é a continuação da política. O que estamos a vivenciar é algo muito distinto, muito diverso. Porque o terrorismo suprime a política, negando-a. O terrorismo, como observou JOSÉ AUGUSTO GUILHON ALBUQUERQUE¹, é uma forma de ação que substitui deliberadamente a política.

É certo que as religiões têm sido, inúmeras vezes, usadas como instrumento da política. A fé, no entanto, não separa os homens, antes os aproxima. Quando usada, usam-na como véu que esconde, oculta, escamoteia as reais motivações

1 Raízes políticas do fanatismo religioso, Gazeta Mercantil, 27.09.01.

das guerras e os interesses mais profundos dos atores no conflito.

Este não é, contudo, um momento de apuração de culpas, mesmo porque não nos cabe, em termos de racionalidade material, apurá-las – isso apenas faz sentido em face dos códigos de racionalidade formal. Estamos capacitados apenas a definir responsabilidades.

Ainda assim, este não é um momento de apuração de responsabilidades, embora consubstancie um autêntico libelo contra a chamada humanidade a imagem, na televisão, de uma pequena criança afegã pedindo, em resposta ao jornalista que a entrevistava, não uma boneca, ainda que composta com retalhos de pano, mas um pedaço de pão. Não, esta não é a ocasião adequada para um discurso sobre a pobreza dos homens e das suas crianças, menos ainda sobre a pobreza dos que são mais pobres, tão pobres, tão pobres que tem apenas dinheiro.

Força é reconhecermos, no entanto, que a insanidade da substituição da política pelo terrorismo prospera nos solos arados por um pensamento único, qualquer que seja ele, pensamento único que desconheça e negue as diversidades culturais, em sua indizível beleza, impondo a consagração de um modo único de produção social, pensamento único que dilacere as relações sociais, permitindo a reprodução da miséria, da fome e das condições sub-humanas de sobrevivência. Pensamento único que impeça o pleno exercício do direito à escolha de outro pensamento, que coíba a aventura maravilhosa da heresia.

Apenas a heresia permitirá, neste momento, sem sacrifícios irreversíveis, a recuperação da política como vertente para a superação da dominação cultural, econômica e militar de poucos sobre a imensa maioria do gênero humano.

As guerras nos levaram a momentos de intensidade trágica que julgávamos inexcedíveis. Tomando de empréstimo a SARAMAGO algumas imagens, lembro “aquela Ruanda-de-um-milhão-de-mortos e aquele Vietnã cozido a napalm”. Lembro que “de algo sempre haveremos de morrer, mas já se perdeu a conta aos seres humanos mortos das piores maneiras que seres humanos foram capazes de inventar”.

O terrorismo, porém, sustentado sobre a evidência de que a coragem é uma

virtude despida de caráter, eticamente neutra, nos faz morrer por nonadas, aleatoriamente, como se jamais tivéssemos existido individualmente, como se não fossemos senão uma porção não identificável da grande massa informe que tem sido chamada de “gênero humano”. Todos, indistintamente, podemos repentinamente nos transformar em notícia.

Somos todos vítimas do maniqueísmo mediatizado, tecnologicamente aprimorado. O terrorismo no final do século passado e no início do que o sucede encontra sua eficácia na mídia televisiva. Todas as tragédias estão ao nosso alcance, imediaticamente – cometo o barbarismo de linguagem – muito mais imediatamente do que quando WALTER BENJAMIN, referindo-se ao telégrafo, cunhou a frase. É o fator mídia que lhe confere eficácia.

E desgraçadamente assiste razão a ARNO MAYER², professor de história europeia na Universidade de Princeton, quando observa que, até os dias presentes, na época moderna, os atos de terror em escala individual tem sido a arma dos fracos e dos pobres, ao passo que o terror estatal e econômico é a arma dos fortes. Mas nos dois casos é importante fazermos a distinção entre alvo e vítimas. Essa distinção torna-se cristalina no ataque fatal ao World Trade Center: o alvo é um símbolo eminente e um dos corações nevrálgicos do poderio econômico e financeiro globalizado; a vítima, desafortunada, a força de trabalho, “*souvent subalterne*”.

Estava em viagem no dia 10, semana passada. Deu na tv, no hotel, Bush anunciando a identificação de vinte e dois terroristas. Afirmava desejar a detenção de todos eles, para que fossem julgados. Oferecia cinco milhões de dólares por informações sobre o paradeiro de qualquer deles.

Repentinamente tive a impressão de que, durante o tempo de vôo até a cidade em que nesse dia me encontrava, a insanidade global havia sido superada pela prudência, que tudo se colocara em seus devidos lugares, nos quadros do Direito Penal.

O programa da CNN apresentou em seguida, no entanto, dirigentes do Taleban

2 Reflexions intempestives, Le Monde, 26.09.01.

discorrendo sobre uma guerra dos Estados Unidos contra o mundo muçulmano. E à noite, após o jantar, já noticiava, a tv, a possibilidade da invasão de outros países, além do Afeganistão...

Enfim, prevaleceu a insanidade, o maniqueísmo desenfreadamente às soltas, em alucinante, monumental combate entre o Bem e o Mal.

Temo que, como que de um vidro de leite estilhaçado, corra pelas calçadas do mundo – não pelos ladrilhos já serenos, de Drummond – somente uma coisa espessa, sangue cor de sangue, sem que nenhuma outra cor, nenhuma outra cor a procure e, amorosamente, a enlace. Apenas uma só tonalidade, não mais do que uma só tonalidade, sem qualquer perspectiva de aurora.

Por isso estamos aqui. O nosso gesto soma-se a tantos outros, nutridos, todos, na esperança de tecermos as manhãs de sol que hão de vir.

Por isso recuso a mim mesmo a arrogância de tentar apontar culpados. Talvez pudesse me dedicar detidamente à análise das circunstâncias históricas, procurando, serenamente, identificar responsabilidades. Mas isso seria inútil agora, em celebração de um ato pela paz.

Vem-me à mente o pequeno poema de ÁLVARO MOREYRA:

“A vida está toda errada.

Vamos passá-la a limpo?”.

O velho ÁLVARO MOREYRA, nas mãos sementes de esperança, a oliveira no jardim, afirmando que as amargas, não...

Há pouco, na televisão, enquanto escrevia estas frases, falava-se de LUIZ HILDEBRANDO PEREIRA DA SILVA, que aposentou-se em Paris, no Instituto Pasteur, que dirigia, e recomeça a vida em Porto Velho, aos setenta e um anos, fazendo a medicina social que o encanta.

A existência de gente assim – e há muitos assim em volta de nós – nos dá a firme certeza de que o homem prossegue na histórica construção da humanidade

e de novas e reiteradamente luminosas manhãs de sol.

Aqui estamos para pedir a paz não em nome dos deuses, mas em nome dos homens. Nenhum deus pode ser responsabilizado pela insanidade dessa guerra que transcende a própria noção de guerra. Porque à guerra sucede a paz e o terrorismo é a celebração da morte.

Aqui estamos para pedir a paz não em nome dos deuses, mas em nome dos homens.

Apenas seremos capazes de construí-la quando as relações entre os homens, substituídas por relações de solidariedade, cessarem de se manifestar como relações de intercâmbio.

Por isso estamos todos convocados a modificar as cores do mundo, a escuridão tenebrosa do terror e os tons acinzentados dos tempos de guerra pelo azul luminoso da serenidade, as cores de sangue derramado inutilmente por um amarelo pleno de pigmentos, escandaloso como o amarelo da gema e do ipê – com o perfume bergamota, dos junquinhos – quente como o calor do sol, fonte da solidariedade. Cores com os multiplamente inefáveis tons da harmonia, luzes, sons e perfumes que a anunciem, a paz. Vida, alegria, luzes, cores, sons e tons!

A paz, senhores do mundo, em nome dos homens.